



XXXII Encontro de Jovens Pesquisadores

e XIV Mostra Acadêmica
de Inovação e Tecnologia



Atividade voluntária em
pesquisa

Desastres Ambientais: O Direito da Informação e
a contribuição da Inteligência Artificial
Constitucional III

Autores: Luize Morés Bergozza, Cleide Calgaro



INTRODUÇÃO / OBJETIVO

O direito é considerado muitas vezes uma matéria complexa, com uma linguagem de difícil compreensão, resultando em uma comunidade desinformada sobre os seus próprios benefícios.

Apesar de já existir legislações que garantem o acesso à informação, essas acabam sendo totalmente desconhecidas pela população, justamente pela falta de entendimento. O presente trabalho possui como objetivo garantir o direito do indivíduo ao acesso à informação, no que diz respeito aos desastres ambientais, havendo assim uma contribuição da inteligência artificial para que ocorra essa divulgação, colaborando no aceleração do processo de difusão e fornecendo um conteúdo seguro, bem como de fácil entendimento.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a resolução do questionamento apresentado, sobre as possibilidades de auxílio na propagação do conhecimento jurídico, o método utilizado foi o questionamento analítico dedutivo, através de análises em pesquisas biobibliográficas e artigos acadêmicos.

RESULTADOS

Com a pesquisa realizada, foi observado a existência de lacunas por parte da população referente ao conhecimento jurídico, se tornando desconhecedores de seus direitos diante a situações de vulnerabilidade.

A inteligência artificial teria o papel de contribuir com essa divulgação de informações, originando sistemas de alerta precoce em situações de mais atenção, além de fornecer instruções com os direitos de a cada um frente a essas situações, através de plataformas online e alertas em aplicativos móveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a inteligência artificial desempenharia um papel crucial na propagação de informações relevantes aos desastres ambientais, possibilitando que a comunidade, esteja preparada e informada acerca de seus direitos nessas situações, além de possibilitar a estes uma prevenção com antecedência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PEIXOTO, Fabiano Hartmann. **Inteligência artificial e direito: convergência ética e estratégica**. Alteridade Editora, 2020.
- ANTUNES, Henrique Sousa. **Direito e Inteligência Artificial**. Leya, 2020.

APOIO
UCS